

A RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO VENEZUELANO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DE 1999 E O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: AS MISSÕES ROBINSON, RIBAS E SUCRE

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães¹ – UNIOESTE – guimanog@terra.com.br

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon – UNIOESTE – frizon@terra.com.br

GT: Estado e Política Educacional / n.05

Agência Financiadora: Sem Financiamento

1. Introdução

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa que teve como objetivo analisar as missões educativas, iniciadas no primeiro governo de Hugo Chávez Frias (1999-2006), na Venezuela, denominadas Missão Robinson I e II, Missão Ribas e Missão Sucre – de caráter temporário. Trata-se de uma pesquisa exploratória, cujas fontes primárias consistiram de documentos oficiais, que apresentam as políticas em questão, e observação *in loco* do processo de implementação das referidas missões. Além disso, para entender a configuração do atual Estado Venezuelano, agente que operacionaliza tais políticas, utilizamos como fontes secundárias autores daquele país que analisam o processo político em curso e as possíveis implicações no campo econômico, político e social. Por se tratar, do ponto de vista histórico, de um processo relativamente recente, uma vez que as missões se iniciaram no ano de 2003, a análise pautou-se mais na proposição da política e nos seus fundamentos do que propriamente em dados empíricos de sua implementação. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados constituem uma primeira aproximação ao objeto, sinalizando para a necessidade de continuidade do processo de investigação, trabalho que pretendemos dar continuidade em linha de investigação que estuda as políticas sociais na América Latina.

Como elemento introdutório, destacamos alguns fatos históricos e conjunturais, que ajudam a compreender o atual processo político e social vivido pela Venezuela. Neste país, diferente da experiência brasileira, o processo de emancipação política não resultou de um acordo de cavalheiros entre os colonizadores e a elite local em que, praticamente nenhuma mudança substantiva iria ocorrer em relação a quem governaria o país na fase seguinte. Ao contrário, a independência venezuelana foi consequência de

¹ Doutora em Educação. Mestrado em Educação – Unioeste – Campus de Cascavel.

intensas lutas e de uma guerra civil que durou dez anos (1811 – 1821), cujos objetivos dos libertadores não se limitavam as atuais fronteiras da Venezuela, mas expandia-se para outras colônias espanholas com o intuito de construir uma grande pátria livre - a “Gran Colômbia”, hoje constituída pelos limites geográficos da Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá.

Já naquela época, Simon Bolívar (O Libertador), entendia que a emancipação de seu país, a Venezuela, só se consolidaria se todos os países do continente fossem livres e houvesse uma integração entre eles, constituindo uma grande nação soberana, capaz de enfrentar de forma conjunta as ameaças externas, e inventar alternativas para resolver os problemas internos. Esses fatos estão presentes na memória coletiva do povo venezuelano, com destaque para o papel e os ensinamentos de Simon Bolívar e de seu mestre Simon Rodrigues, que embora nunca esquecidos, nos últimos anos foram sistematicamente recolocados na cena política daquele país. Recuperam-se princípios, visões de mundo, de homem e de sociedade presentes em seus escritos, revelando um particular projeto de república e de sociedade que, também agora, parece não se restringir ao povo venezuelano, mas pretende envolver outros povos da América Latina. Tal projeto, pautado na soberania nacional e na integração latinoamericana, ajuda a dar conformação ao atual processo político venezuelano, denominado de “Revolução Bolivariana”, o qual em grande medida, está traduzido na Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999. Este processo, as mudanças políticas e estruturais que estão ocorrendo na Venezuela e a política exterior colocada em prática pelo governo Chávez, particularmente no que se refere aos países da América Latina, podem ter implicações de longo alcance para esta região, daí a importância em conhecer um pouco mais essa realidade e em particular as políticas educacionais implementadas naquele país.

Para a apreensão desse objeto, denominado por nós de missões educativas, faz-se necessário compreender em que termos jurídico-políticos o Estado venezuelano se assenta e quais os desdobramentos que estes dispositivos vêm permitindo, de forma mediatizada, a implementação de Políticas de Educação expressas em Programas Experimentais de grande impacto massivo, como as Missões Robinson I e II, Missão Ribas e Missão Sucre, que atingem, sobretudo, a população historicamente excluída da distribuição de renda, dos benefícios sociais e do próprio acesso à formação escolar nos

diversos níveis de ensino.

A formatação jurídico-política do Estado venezuelano, expressa na Constituição em vigor, elaborada e confirmada em Referendo Aprobatorio, em 1999, pressupõe que este Estado esteja em transição tendo em vista as ações concretas dos poderes que o compõe. Se há elementos claros no plano do Estado, que indicam esta transição, as políticas dele emanadas também “sofrem” esse processo. Na área da Educação, observa-se esse mesmo processo, de forma mediatizada pelas políticas de educação escolar em todos os níveis de ensino, que faz emergir um novo contrato educativo, igualitarista em colisão com o projeto neoliberal dos anos de 1990. Essas formulações seriam, no entendimento de Casanova (2006), uma volta aos ideais do republicanismo e do racionalismo laico.

O ideário igualitarista-democrático, que acompanha o imaginário dos povos do ocidente desde o século XVIII, aponta que esse ideário, essa promessa não cumprida, pode vir a se realizar em um projeto onde o Estado se oriente pelo tripé do direito, da democracia e da justiça social. Parece ser este também o pressuposto que baliza conceitualmente o atual nacionalismo bolivariano, que vale destacar, não prescinde de temas religiosos, nem de conceitos e categorias marxistas.

Ainda como aspecto introdutório, queremos advertir que este trabalho, por apresentar resultados em uma linha de investigação que terá continuidade em estudos posteriores e por abordar um objeto de um período muito recente, deve ser visto como uma *primera mirada a cerca de lo problema*, o que nos parece não ser desconsiderado na pesquisa histórica. A análise de um período recente, se por um lado implica dificuldades adicionais àquelas próprias às pesquisas desta natureza, não favorecendo o distanciamento do objeto recomendado pelos historiadores, uma vez que os fenômenos podem não estar plenamente desenvolvidos no mundo real; por outro, possibilita o acompanhamento dos processos e a identificação de acontecimentos e de atores significativos, que muitas vezes ficam excluídos dos registros históricos. Espera-se que, neste trabalho, tais problemas metodológicos tenham sido minimizados e os desejos e as paixões imediatas que podem produzir o auto-engano não tenham substituído a análise objetiva que uma pesquisa requer, mas também que este cuidado não tenha levado a abdicar da crítica inerente ao ponto de vista assumido.

A seguir faremos uma rápida apreciação de alguns dispositivos constitucionais em vigor que evidenciam mudanças significativas na configuração do Estado, na Venezuela, e indicam que este transita de uma condição de Estado Democrático representativo para um Estado Democrático participativo. Essa condição de transição tem apresentado desdobramentos nas políticas públicas e de na implantação das missões educativas, objeto desse estudo.

2. Uma mirada sobre o Estado bolivariano da Venezuela

Inicialmente, parece-nos fundamental destacar as mudanças que operam na letra da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, sem, no entanto, aprofundar a comparação com a Carta anterior, de 1961. Nos Princípios Fundamentais da Constituição Bolivariana, em seu artigo 2º já aparece a definição de Estado: “A Venezuela se constitui em um Estado democrático e social de Direito e de Justiça”. Este entendimento de Estado tem implicações e desdobramentos jurídicos e políticos para a sociedade. A começar pela farta utilização do conceito de participação, no qual 56 artigos da referida Constituição abordam este tema. Assim, a participação associada ao conceito de democracia, define o conceito de protagonismo do povo ao indicar no artigo 62 que a “participação do povo na formação, execução e controle da gestão pública é o meio necessário para conquistar o protagonismo que garante o completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo”. (VENEZUELA, 2000, p.3/22). [tradução livre].

Por este caminho, o protagonismo dos cidadãos se realiza como um processo de participação e desenvolvimento individual e coletivo dos que foram historicamente excluídos das condições de cidadania. Na Constituição há a garantia da participação por meio de mecanismos que expressam ações de democracia direta tais como o referendo popular, que pode ser de caráter consultivo, revogatório e aprobatório, as consultas populares e outras formas de auto-gestão, co-gestão e cooperativas “em todas as suas formas incluindo as de caráter financeiro, as caixas de poupança, a empresa comunitária e demais formas associativas guiadas pelos valores da mútua cooperação e

solidariedade”. (VENEZUELA, 2000, p.24). [tradução livre].

Perspectivas semelhantes constituíram as bases que fundamentaram a República, no início do século XIX, quando a Venezuela se tornou independente, em 1811, mas, como vimos anteriormente, só se efetivou depois de uma duradoura guerra civil de 10 anos, em 1821. No marco da nova Carta Constitucional, as mesmas bases estariam permitindo a refundação da República, agora como República Bolivariana da Venezuela.

A configuração do atual Estado venezuelano, ainda em transição, vai se consubstanciando para além dos consagrados e reconhecidos poderes até hoje vigentes do liberalismo clássico, na maioria das Nações, como o legislativo, o executivo e o judiciário. Compõe também os poderes do Estado venezuelano, o poder Cidadão e do poder Eleitoral. Em face da incorporação destes dois novos poderes, no artigo 5º da Constituição, há um redirecionamento da forma como se constitui o poder de Estado Democrático e Participativo. Nessa Carta afirma-se que “os órgãos do Estado emanam da soberania popular e a ela estão submetidos”, a soberania reside no povo, sendo intransferível. (VENEZUELA, 2000, p. 04). [tradução livre]. A Constituição estabelece ainda

Um modelo de democracia participativa e co-responsável, como mecanismo para garantir a redistribuição do poder, a justiça social e a consecução de uma sociedade de iguais em direitos e deveres. Por outro lado estabelece um regime econômico solidário e sustentável, centrado na função social da economia e no papel do Estado como regulador das relações econômicas. (VENEZUELA, 2006a, p. 8-9). [tradução livre].

Cabe ao Estado e à sociedade gerar as condições para o desenvolvimento, pois o povo deve ter o protagonismo no seu desenvolvimento e no desenvolvimento da Nação. Nesse sentido, é relevante destacar a novidade conceitual no cenário Latinoamericano e mesmo mundial, em que o paradigma de desenvolvimento inscrito na Constituição venezuelana não se identifica com o concebido e consubstanciado na Conferência de Bretton Woods, em 1944 quando é criado o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o

Banco Mundial (BIRD), nem na Mensagem de Truman ao Congresso estadunidense em 1949, que ficou conhecida como o Ponto IV e, também, nem no emblemático texto de W. W. Rostow “Etapas do Desenvolvimento”, em linhas gerais definem que os países menos desenvolvidos ou “em desenvolvimento” não teriam condições de se desenvolver sem ajudas externas, fossem elas de caráter de planejamento administrativo, técnico-científico ou produtivo. Do final dos anos de 1940 ao final dos anos de 1970, doações e empréstimos para todos os setores da economia foram estabelecidos mediante Acordos Bilaterais entre os Estados Unidos e os países da América Latina, colocando-se em foco os Acordos da Aliança para o Progresso e, também, os Acordos Multilaterais envolvendo o BIRD e a ONU/UNESCO, visando o desenvolvimento desses países.

A noção de desenvolvimento endógeno expressa em documentos oficiais da Venezuela contraria as noções acima citadas, e confirma que o conceito de desenvolvimento endógeno, expresso na Carta venezuelana não se faz sem o desenvolvimento individual e pessoal do cidadão ou do povo que necessita comer, morar, ter saúde, educação e transporte. O que parece é que este país dá os primeiros passos na tentativa de construir de forma consistente, diferentemente de toda a sua história republicana, a integração física e econômica interna e externa que promova o desenvolvimento endógeno, apontando como mecanismos o Mercosul e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA).

Além dessas relações econômicas, estabelece outras, com países politicamente aliados e não alinhados ao *american dream of life* como a China, o Irã e a Rússia, mediante a troca de Petróleo por tecnologia, transformando em trampolim para produzir, a partir de dentro, uma tecnologia própria que dê sustentação ao desenvolvimento endógeno, concepção presente em documentos oficiais, em diferentes áreas e setores.

O desenvolvimento endógeno se baseia na planificação e é posto em prática para um desenvolvimento que flua de dentro e para dentro. Busca criar e consolidar uma estrutura produtiva diversificada, eficiente e progressivamente auto - suficiente, que permita atender as necessidades de desenvolvimento social e humano das comunidades, em intercâmbio solidário com outras comunidades e com a nação em seu conjunto. (VENEZUELA, 2006a, p. 20). [tradução livre].

Tal definição política demonstra que este país pretende se impor de forma soberana, em relação ao mercado mundial globalizado e monopolizado pelas corporações internacionais produtivas e financeiras. Para operacionalizar o denominado desenvolvimento endógeno, o governo Chávez, iniciou um processo de criação de condições infra-estruturais em todos os setores da economia e sociais. No setor da educação escolar, instituiu um sistema experimental de Educação chamado de Sistema de Educação Bolivariano, que deverá substituir, gradativamente, o sistema regular ainda em vigência, associado às missões educativas, programas experimentais e temporários, que visam incluir os excluídos do Sistema Escolar tradicional, em todos os níveis de ensino.

O movimento político mais efetivo das três missões educativas Robinson I e II, Ribas e Sucre recupera, em nosso entendimento, a velha e surrada consigna liberal que nunca havia se concretizado plenamente naquele país, a igualdade de oportunidades objetivada no acesso a Escola Pública, Gratuita, Laica e Universal, apesar dos grandes avanços sociais experimentados no período de 1973 a 1983, quando os recursos advindos da exportação de petróleo permitiram altos investimentos em políticas sociais e o pagamento dos maiores salários da América Latina.

3. O Histórico, as ferramentas e as concepções pedagógicas das missões educativas.

As missões sociais bolivarianas em geral e as missões educativas em particular, criadas e implementadas por Hugo Chávez a partir de 2003 são estratégias de governo que visam à inclusão mais ampla de grandes contingentes populacionais. Estão vinculadas diretamente ao executivo federal como estratégia para se “esquivar” da ineficiente burocracia estatal, que segundo o próprio governo, é um fator que tem retardado e obstaculizado a implementação das políticas sociais do Governo Bolivariano.

Foram criadas com o objetivo de aprofundar a Revolução

Bolivariana e consolidar a democracia social participativa. Estas políticas revolucionárias se orientam para saldar a enorme dívida social que arrasta a nação ao longo de décadas de esbanjamento e exclusão social, e a construir um novo Estado social. Seu propósito fundamental é enfrentar as causas e as conseqüências da pobreza e da exclusão com a participação protagônica do povo (VENEZUELA, 2006a, p.05). [tradução livre].

Como o Estado Venezuelano está em transição, ou seja, ainda não está plenamente instituído o caráter social de direito e de justiça do Estado, para criar as condições das estratégias de inclusão serem implementadas, o Governo Chávez definiu que o financiamento das missões em geral, incluindo as missões educativas, seria bancado com recursos da estatal Petróleos da Venezuela Sociedade Anônima (PDVSA), detonando, assim, os instrumentos políticos fundamentais para operacionalizar políticas mais amplas de inclusão. Dessa forma,

Os que estavam excluídos agora estão todos incluídos: estudando, capacitando-se, organizando-se, trabalhando com uma nova cultura, com uma nova consciência. Porque as missões estão gerando uma nova realidade, inclusive na ordem cultural, na ordem psicológica, na ordem ideológica e na ordem filosófica, além da realidade concreta e prática que estão gerando: no social, no econômico, no educativo. (VENEZUELA, 2006a, p.13). [tradução livre].

Já as missões educativas se apresentam como estratégias de educação que combatem a exclusão das pessoas alijadas historicamente dos diversos níveis de escolaridade, por falta de condições de acesso, resultado da precária distribuição de renda e da concentração, nas mãos de poucos, da renda petroleira.

No início de 2003, as missões foram criadas como resposta concreta à crise econômica e política produzida pelo “Paro Empresarial”, também conhecido como “Paro sabotaje Petrolero”. Foi um movimento de paralisação liderado pela Federação dos Empresários da Venezuela (Fedecâmara), que teve a duração de quase três meses (dezembro de 2002 a fevereiro de 2003) que, em última instância, pretendia, mediante a criação de um

colapso social, derrubar o presidente Chávez, já que o Golpe de 11 de abril de 2002 havia fracassado após 48 horas de duração. Contudo,

Diferente do golpe de Estado, o “paro” petroleiro produziu um resultado político mais claro na luta hegemônica a favor das forças do governo (...) Ao resgatar o Estado a sua capacidade de controle sobre a indústria, pode converter em instrumento central de políticas econômicas e sociais orientadas pelo projeto de governo. (MAYA, 2005, p. 274). [tradução livre].

As missões educativas Robinson I e II, Ribas e Sucre foram implementadas em caráter experimental e estão respaldadas na Constituição e na Lei Orgânica da Educação. A Constituição explicita que a educação é um direito humano e um dever social fundamental, é democrática, gratuita e obrigatória, “O Estado a assumirá como função indeclinável e de máximo interesse em todos os níveis e modalidades (...) e com a participação das famílias e da sociedade, promoverá o processo de educação cidadã...” (VENEZUELA, 2000, p.36). [tradução livre]. Já a Lei Orgânica da Educação assegura que o Estado deve “criar, autorizar e regulamentar institutos de experimentação docente em todos os níveis”(VENEZUELA, 2003, p. 29). [tradução livre].

Em conformidade com o disposto nos artigos 16, 64, 66 e 107 da Lei Orgânica de Educação de 24 de setembro de 2003, as missões abrangem distintos níveis de formação como a alfabetização, a escolarização primária e secundária, a educação superior e a especialização universitária (licenciados) e tem como contribuição, o resgate da autodeterminação e soberania cultural e tecnológica do povo venezuelano.

A Missão Robinson foi organizada nos níveis I (alfabetização), II (Educação Primária) e III destinada aos que não querem continuar avançando os outros níveis de ensino, realizam seus estudos mediante a promoção da leitura e capacitação de ofícios. Neste trabalho tomamos como objeto apenas a Missão Robinson I e II, em razão de que a Missão Robinson III nunca foi bem estruturada, com pouca abrangência e repercussão

3.1 A Missão Robinson I²

A missão Robinson I iniciou em julho de 2003, constituindo-se assim na primeira das missões educativas. Lançada por meio do Plano Nacional de Alfabetização com assessoria de 70 pedagogos cubanos e a participação voluntária de mais de 100 mil facilitadores, conhecidos também como alfabetizadores comunitários, com o propósito de erradicar 1 milhão e 500 mil analfabetos, cujo objetivo foi logrado em um ano e meio. Esse contingente correspondeu a 9% da população. Em face do sucesso dessa política, em 28 de outubro de 2005, a Venezuela foi declarada “território livre de analfabetismo” pela UNESCO, pois naquele momento apresentava uma porcentagem inferior a 4% de analfabetos. O método pedagógico foi baseado no método “Yo sí puedo”, criado pela professora cubana Leonela Relys, que se efetiva por meio de vídeos, onde os alunos acompanham com cartilhas idênticas as das imagens, contando com a presença de facilitadores, com formação mínima de educação básica (primária) concluída. O método, fundamentado na experiência, consiste em ir do conhecido (os números) ao desconhecido (as letras) e se divide em três fases, a saber, adestramento, ensino da leitura escrita e consolidação. (CAMPANO, 2006).

Há que se destacar que o 1,5 milhão de pessoas que participaram dessa Missão ganharam, como parte do material didático, uma biblioteca familiar, com vinte e dois volumes de narrativas, em brochuras de papel jornal, abrangendo autores venezuelanos, latino-americanos e clássicos universais como Cervantes, Shakespeare e Balzac.

3.2 A Missão Robinson II

A Missão Robinson II, como segunda fase do processo de educação escolar foi iniciada em outubro de 2003, com o objetivo de garantir os estudos básicos ou primários dos que foram alfabetizados e dos que estão excluídos da educação primária. Como estratégia pedagógica para essa fase utilizou-se o recurso audiovisual denominado “Yo sí puedo seguir”, que desenvolve um ensino relativamente rápido e flexível para ajustar-se às

² A denominação Robinson é uma homenagem a Simón Rodríguez, mestre de Simón Bolívar. Os alunos matriculados na missão Robinson são chamados de “Patriotas”.

necessidades dos educandos. (CAMPANO, 2006).

Em meados de 2006, estavam matriculados 1,5 milhão e meio de pessoas nessa missão. Metade desse número era de egressos da Missão Robinson I e a outra metade, os que estavam excluídos da educação primária tradicional. A formação dos alunos dessa Missão se completa em dois anos e as ferramentas pedagógicas são as mesmas da Robinson I, conteúdos transmitidos por vídeos acompanhados por uma cartilha idêntica com a presença de facilitadores. Essas duas missões têm também a figura do supervisor que prepara os facilitadores para a resolução de dificuldades que possam aparecer no decorrer das aulas.

3.3 A Missão Ribas³

A Missão Ribas destina-se aos aspirantes a bacharéis (graduação). Na Resolução nº 47 de 2004 do Ministério de Educação e Desportes está colocado que o Plano Extraordinário “José Felix Ribas” ou Missão Ribas, tem como objetivo central “garantir a continuidade de estudos àqueles (as) que não conseguiram ingressar ou terminar seus estudos desde a terceira etapa do nível de educação básica até o nível de educação média diversificada ou profissional”. (VENEZUELA, 2004, p. 3). [tradução livre].

Esta Missão foi iniciada em novembro de 2003, e no final de 2005 se formaram 168 mil alunos, parte desses alunos se incorporou à Missão Sucre. Em meados de 2006 a Missão Ribas contava com 700 mil participantes, em todo o território nacional. Da mesma forma que nas missões anteriores, as ferramentas pedagógicas utilizadas em lições transmitidas por vídeo tem um correspondente em cartilhas e cadernos de exercícios da disciplina estudada, sempre acompanhados de facilitadores. Sua estrutura pedagógica se baseia no perfil que se espera construir dos educandos, nos processos ou dimensões educativas e nos componentes curriculares. O perfil do educando que a Missão pretende ajudar a desenvolver é de um novo sujeito histórico, um “republicano bolivariano”,

³ Ribas foi um militar que participou das lutas pela libertação da Venezuela e venceu uma batalha importante para o processo de emancipação do país, por isso os alunos que integram a missão Ribas são chamados de “vencedores”.

capaz de “valorizar a si mesmo e a sua comunidade para viver na democracia de forma protagônica e co-responsável nos marcos do ideário Bolivariano. Com uma visão holística e em harmonia com o ambiente para a construção de uma sociedade de boa convivência, solidária, de justiça e por fim de paz” (VENEZUELA, s/d, p.2) [tradução livre].

Os componentes curriculares se organizam mediante a inter-relação de áreas do conhecimento à formação da cidadania nos marcos da “Refundação da República”, ao componente comunitário e sócio-laboral e à orientação laboral. Os temas macro de formação da cidadania nos marcos da “Refundação da República” são: identidade e soberania, cidadania e participação, direitos humanos, novo Estado e educação ambiental. Os temas constitutivos de todo o programa são: Filosofia Humanista, Ideário Bolivariano (princípios de cooperação, solidariedade, convivência, bem-comum, unidade, autodeterminação e integração), Constituição da República Bolivariana da Venezuela, Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento de 2001-2007, Desenvolvimento Endógeno soberano e sustentável. As linhas gerais deste Plano de Desenvolvimento contemplam dez objetivos estratégicos da nova etapa da revolução, sendo eles:

1. Avançar na conformação da nova estrutura social.
2. Articular e otimizar a nova estratégia comunicacional.
3. Avançar na construção do novo modelo democrático de participação popular.
4. Acelerar a criação da nova institucionalidade do aparato do Estado.
5. Ativar uma nova estratégia integral e eficaz contra a corrupção.
6. Desenvolver uma nova estratégia eleitoral.
7. Acelerar a construção do novo modelo produtivo, rumo à criação do novo sistema econômico.
8. Continuar instalando a nova estrutura territorial.
9. Aprofundar e acelerar a conformação da nova estratégia militar nacional.
10. Seguir impulsionando o novo sistema multipolar internacional. (VENEZUELA, 2006b, p.9). [tradução livre].

Os componentes comunitário e sócio-laboral têm como finalidade formar os

“vencedores” como cidadãos bolivarianos preparados em formular, executar e avaliar projetos comunitários e sócio-laborais no marco das políticas públicas e impulsionar a economia solidária para a concretização dos fins da República. Nesse sentido, são nas Assembléias Comunitárias Bolivarianas, que se tomam as decisões para o desenvolvimento do componente sócio-laboral ao longo de todo o processo de estudo.

O componente de orientação laboral e emprego se articula de forma mais direta com o componente comunitário e sócio-laboral e tem como propósito orientar e facilitar a concretização do trabalho e do emprego. Este componente dá aos “vencedores” a orientação necessária dos conhecimentos técnicos, teóricos e práticos para o desenvolvimento de atividades produtivas, isto é, constituição de cooperativas de produção e ou de serviços que satisfaçam as necessidades humanas numa perspectiva de desenvolvimento endógeno soberano e sustentável.

O sistema de avaliação está fundado na descrição e valoração de competências e capacidades humanas no conhecer, fazer, ser e conviver, por meio da autoavaliação, da co-avaliação e da heteroavaliação realizadas nas chamadas assembléias de avaliação, as quais possibilitam, também, desenvolver processos de formação para a participação protagônica. As quatro dimensões de ser, conhecer, fazer e conviver são definidas como: ser (social e solidário); conhecer (conteúdos conceituais, processos cognitivos e metacognitivos a desenvolver); fazer (aplicação e transferência de conhecimento para outras situações da vida); conviver (relações humanas de apoio mútuo e busca do bem comum).

3.4 A Missão Sucre⁴

A Missão Sucre fecha o ciclo de formação da educação escolar para aqueles setores da população que não tiveram e não tem oportunidade de acesso ao ensino superior tradicional, em face de que o sistema regular universitário mais exclui do que inclui. Esta Missão foi criada em julho de 2004, concomitante a abertura da Universidade Bolivariana de Venezuela, que garante todo o processo legal de titulação dos formados

⁴ Sucre é um herói da independência da Venezuela e os alunos que estudam nessa missão são chamados de “triunfadores”, tanto pelo significado do triunfo na luta pela libertação como, agora, pelo fato de os alunos conseguirem atingir o terceiro nível de formação educacional.

em Técnico do Ensino Superior e bacharelato. Em agosto de 2006 oferecia seus cursos a 500 mil venezuelanos, sendo eles Agroecologia, Arquitetura, Estudos Políticos, Gestão em Saúde Pública, Informática para a Gestão Social, Comunicação Social, Estudos Jurídicos, Gestão Ambiental, Gestão social para o Desenvolvimento Local, Medicina Integral Comunitária, Formação de Professores. A escolha inicial destes cursos se pautou pela pertinência social, isto é, na possibilidade de os projetos desenvolvidos e os profissionais formados poderem intervir na comunidade, na direção de resolução dos problemas, rompendo assim, com a estrutura tradicional dos cursos nas duas maiores universidades da Venezuela: a Universidade Central da Venezuela e a Universidade Simón Bolívar.

As aulas são ministradas em qualquer espaço disponível e possível, chamadas de aldeias universitárias, está disseminado em todas as províncias (Estados) e todos os municípios. As ferramentas tradicionais do ensino a distância, os vídeos também são utilizados nessa Missão como um material necessário e imprescindível. Esta estratégia de massificação do ensino superior promoveu a sua municipalização, entendida não como a transferência de responsabilidades e ausência de financiamento, mas descentralizar para poder atingir os que estão fora do circuito do ensino superior. No entanto, permanece sob a responsabilidade de uma coordenação nacional centralizada nos aspectos do financiamento e das orientações pedagógicas, portanto, não são os Municípios que realizam o ensino superior.

Diferentemente das outras duas missões que trabalham somente com vídeos e facilitadores, na Missão Sucre, no caso do Programa de Formação de Educadores e Educadoras, existe a presença do professor-assessor, que ministra todas as disciplinas e a presença do professor-tutor, que “acolhe” os alunos nas escolas, orientando-os na elaboração de projetos de intervenção, na própria escola, e na comunidade. Tais projetos visam à resolução dos problemas de natureza escolar-pedagógica da comunidade onde o aluno escolheu desenvolver suas atividades, que preferencialmente deve se a sua própria comunidade de origem. Os projetos precisam comprovar sua pertinência social para isso são discutidos em espaços de participação comunitária como os “conselhos comunales”.

O Programa Nacional de Formação de Educadores e Educadoras tem como objetivo

explícito:

Formar um(a) educador(a) Bolivariano(a), solidário(a), trabalhador(a), honesto(a), justo(a), latinoamericano(a), consciente de seu papel transformador, que aplique em seu trabalho profissional métodos científicos que lhes permita interagir com os(as) educandos(as), a família e a comunidade em geral, atendendo à diversidade do ser humano e contextualizando o processo formativo para conseguir o(a) novo(a) republicano(a). (VENEZUELA, 2006b, p.10). [tradução livre].

A concepção orientadora do referido Programa, como nas outras duas missões, se pauta no enfoque dialético associado aos quatro pilares do relatório de Jacques Delors para a UNESCO.

O PNFE oferece um modelo inovador, dinâmico e interativo, para a formação de um(a) educador(a) que sob um enfoque dialético, desenvolva suas potencialidades, de forma integral e integrando as necessidades de seu ambiente educativo e da comunidade a suas aprendizagens, em correspondência com os âmbitos particulares da diversidade geográfica da Nação. (...) o Programa assume os pilares fundamentais para a educação do século XXI definidos pela UNESCO em 1997: **“aprender a conhecer”**, **“aprender a fazer”**, **“aprender a conviver”**, e **“aprender a ser”**, como referências para responder as exigências da Educação Bolivariana. (VENEZUELA, 2006b, p.8). [grifos do autor] [tradução livre].

Observa-se, empiricamente, que as bases teórico-metodológicas das três missões estudadas estão fundamentadas numa leitura do referido Relatório da UNESCO, denominado “Educação: um tesouro a descobrir”, publicado em 1996. A estratégia pedagógica está centrada no aprender fazendo e se concretiza por meio de projetos de aprendizagem a serem realizados em aula e parte na comunidade. Esse pressuposto, do aprender fazendo, que atravessa as orientações didático-pedagógicas das três missões, vinculando educação e trabalho também está inscrita na Constituição em seu artigo 3º,

ao afirmar que “A educação e o trabalho são os processos fundamentais para alcançar os fins propostos” do Estado. (VENEZUELA, 2000, p.03).

4. Considerações finais

A configuração do Estado Venezuelano (1999-2006), em transição, está centrada em determinados conceitos que orientam jurídica e politicamente esta nação a partir do final da década de 1990. Esses conceitos que emolduram a nova face deste Estado democrático e social de direito e de justiça nos parece que vem se concretizando em uma nova estrutura social, avançando aceleradamente na construção de um novo modelo democrático de participação popular, e promovendo uma diferente institucionalidade do aparato do Estado. Esses elementos políticos estão fundados e articulados, de forma ímpar, ao desenvolvimento endógeno que vem alimentando e realimentando todos os canais abertos de participação do povo na direção necessária de diversificar a economia venezuelana tirando-a da sua histórica missão de importadora de 70% dos produtos consumidos internamente, e exportadora de petróleo.

O processo de diversificação da economia permite ao governo Chávez ampliar cada vez mais suas relações internacionais com novos aliados em outras esferas geopolíticas, com os países da América Latina, e, particularmente impulsionando novas relações comerciais, políticas e culturais no MERCOSUL. Mas é preciso destacar neste trabalho que a partir do início do segundo mandato de Chávez (janeiro de 2007), algumas indicações políticas deste governo, propagadas pela imprensa escrita, podem acelerar um modelo produtivo rumo a um novo sistema econômico onde haverá três formas de propriedade: estatal, mista, privada e social.

Além destes dados há mudanças institucionais que parecem serem importantes na relação entre o Estado e a sociedade. As notícias registradas na imprensa internacional e no Brasil são sobre a ampliação de poderes ao presidente Hugo Chávez, mediante a aprovação da Lei Habilitante, a elaboração de uma nova Constituição, as estatizações

das comunicações e da empresa de energia de Caracas, a não continuidade de concessão da RCTV e a possível discussão na Assembléia Nacional Venezuelana, ainda este ano, de um novo Sistema Educacional Bolivariano, que obrigará todas as escolas públicas e privadas a adotarem os princípios do ideário de Simon Bolívar.

Sem desconsiderar os dados que revelam avanços significativos no que diz respeito à inclusão de enormes contingentes de pessoas que se encontravam alijadas do sistemas social, econômico e educacionalmente até então, na Venezuela, é preciso chamar a atenção para algumas debilidades, observadas empiricamente, e em diálogo com atores do processo e intelectuais que estudam essa realidade. A crítica que vem sendo feita, centra-se em algumas questões como a qualidade do ensino ministrado, sobretudo no âmbito da Missão Ribas e Sucre, em face da forma precária de seleção dos docentes e da baixa remuneração percebida; a assimilação de pressupostos liberais como fundamento do novo projeto educacional bolivariano; e as estratégias pedagógicas e metodológicas de ensino-aprendizagem, que suprimem a figura do professor, como alguém que deve transmitir conhecimentos, transformando-o num facilitador do processo.

Com os dados apresentados ao longo do texto que evidenciam a utilização nas Missões educativas de vídeos e facilitadores como ferramentas pedagógicas para ensinar uma grande massa de jovens e adultos de todas as idades, a questão a ser levantada e que precisará ser investigada nesse processo é se em países periféricos, como a Venezuela, haveria outra alternativa para guindar, jovens, homens e mulheres num espaço curto de tempo, da condição de não letrados e de formação incompleta para a condição de possuidores dos códigos da leitura e da escrita, enfim, para o acesso aos códigos da modernidade e da promessa liberal da cidadania?

Referências

CAMPANO, E.M. **Qué es y hacia dónde va la Revolución Bolivariana?** Caracas: IMMECA/Imprenta de Mérida, C.A., 2006.

CASANOVA, R. **Venezuela después del Liberalismo:** de los consensos de la reforma de los años noventa a un nuevo contrato educativo? (mimeo). 2006

MAYA, M.L. **Del viernes negro al referendo revocatorio**. Caracas: Alfadil Ediciones, 2005.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Gaceta Oficial extraordinario n° 5.453, 24 de mar. 2000.

VENEZUELA. **Lei Organica de educación con su Reglamento**. Gaceta Oficial extraordinario n° 5662 de 24 de septiembre. 2003.

VENEZUELA. **Misión Ribas**: política educativa de la Misión José Félix Ribas. Nueva etapa. Caracas: s/d. [documento 1].

VENEZUELA. **Misiones Bolivarianas**. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información. 2006a. (Colección Temas de Hoy).

VENEZUELA. **Programa Nacional de Formación de Educadores y Educadoras – PNFED**, Caracas: coordinación de ediciones de publicaciones - UBV 2006b.